

Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras!

Lélia Gonzalez: a black rose for new Springs!

Renata Gonçalves^a

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

O livro surge como um raio de sol para nos guiar nestes tempos sombrios. Lélia Gonzalez, a décima-sétima de dezoito filhos de uma empregada doméstica de ascendência indígena e de um ferroviário negro, foi uma destas raríssimas mulheres pretas a deixar uma densa obra para o pensamento social brasileiro e um legado para os movimentos sociais, em especial para o feminismo e para o movimento negro. Atrevida, sem pedir licença, circulou pelo elitista meio acadêmico brasileiro, subverteu a norma culta e impôs o “pretuguês”. Dedicada, mergulhou em busca de suas origens. Ousada, se pôs em movimento e denunciou a estrutura racista e patriarcal da sociedade brasileira. Irreverente, não aceitou reduzir a questão racial e de gênero a uma simples relação econômica. Lélia Gonzalez foi um turbilhão de ideias e de ações.

Esta coletânea independente, organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), é um farol para as novas gerações presentes e futuras, que agora têm a possibilidade de conhecer o pensamento de Lélia Gonzalez. A obra é também um reencontro para as gentes mais maduras, que há mais de duas décadas não conseguia ter acesso à totalidade dos textos da autora. Em reconhecimento à sua luta pela libertação do povo preto, especialmente da mulher negra. Vem dela a tarefa de nos conduzir, frase a frase, por caminhos que nos levam diretamente ao emaranhado, nem sempre familiar à ortodoxia acadêmica, de sua produção intelectual e política, que a tornou uma das maiores intérpretes do Brasil “amefricano”.

Um trabalho de fôlego que a União dos Coletivos Pan-Africanistas realizou, aqui se encontra reunida, em ordem cronológica, a quase totalidade das expressões de Lélia Gonzalez. São quarenta e cinco textos oriundos de cartas, relatos de viagem, depoimentos, debates, entrevistas, artigos acadêmicos etc., que nos apresentam a extensão de sua produção textual, que, como lemos na introdução assinada por Raquel Barreto, especialista na trajetória e pensamento da autora mineira, é resul-

a Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista.

tado do compromisso assumido pela UCPA com a formação política e teórica do povo preto. Até aqui nenhum livro havia reunido as contribuições de Lélia, com tamanha amplitude. Estamos diante, portanto, de uma obra pioneira, que é parte de um projeto maior: contribuir para a difusão do pensamento de intelectuais negro(a)s e, ao mesmo tempo, combater o racismo expresso na colonização do conhecimento e sua correlata ausência do protagonismo negro na história do Brasil.

Assim, o livro já nasce clássico. Suas análises confrontam o *establishment*, que se acostumou a naturalizar o racismo negando a existência deste, e partem da recusa em deixar apenas brancos falarem de negros. Afinal, passa da hora de assumirmos nossa própria e coletiva voz negra! Logo na abertura da coletânea, Lélia Gonzalez nos fornece a fotografia de uma realidade que ocupou o núcleo de suas preocupações teórico-políticas: a mulher negra. O retrato da violência na vida da menina negra da favela (sem possibilidade de estudar, sem moradia digna, sem sonhos, tendo como forma de sobreviver apenas o precário emprego doméstico) é resquício da violência da casa grande.

E, na contramão de uma ideologia racista que apresenta o povo negro como acomodado, passivo ante sua escravização, Lélia apresenta as variações das formas de resistência. Para sobreviver às dores e humilhações da escravidão, o povo negro, além dos constantes levantes, lutas e fugas para os quilombos, também construiu uma “resistência passiva”, como demonstram as figuras da “Mãe Preta” e do “Pai João”. Nesta resistência, Lélia Gonzalez, apoiada pela teoria lacaniana da linguagem como fator de humanização e subjetivação, desloca o objeto passivo para a condição de sujeito dotado de um saber. Devemos a estas figuras da resistência passiva a preservação das culturas africanas. Foram elas que, por meio de uma sabedoria ancestral, transmitiram o “pretuguês” aos filhos dos senhores da casa-grande, africanizando a cultura brasileira.

Ao mergulhar nos estudos sobre a questão negra no Brasil, Gonzalez se dedica à análise do modo de produção capitalista. A inserção dependente do país com relação aos centros do mercado mundial revela três processos distintos de acumulação, à época sob a hegemonia do capital industrial monopolista, com repercussões distintas de acordo com a classe social, a raça ou o sexo. Guardadas as devidas proporções e colocando no centro da análise o setor financeiro, a autora fornece a chave para compreendermos a atual superpopulação relativa que tornou ainda mais supérflua a massa marginal dos trabalhadore(a)s descartáveis pelo processo de acumulação. Dos anos 1980 aos dias de hoje, pouca coisa mudou para a maioria do(a)s trabalhadore(a)s que se refugia em atividades cada vez mais precárias e com baixíssima remuneração.

Em diálogo com Louis Althusser e Nicos Poulantzas, Lélia considera que esta leitura economicista não permite compreender a complexidade das relações sociais. Junto ao determinante econômico, estão as instâncias ideológicas e políticas, necessárias à manutenção da estrutura capitalista. O racismo, como ideologia, toma corpo num conjunto de práticas sociais e é considerado um dos principais determinantes da posição de trabalhadore(a)s negro(a)s nas relações de produção e na esfera da circulação. Antecipando os atuais debates sobre a interseccionalidade, Gonzalez observa que, no interior desta estrutura, ganha corpo uma divisão racial e sexual do trabalho que leva à tríplice discriminação sofrida pelas mulheres negras. Se com a pergunta “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, lançada no jornal *Mulherio* em 1982, a autora denunciava que esta não seria admitida nos postos de trabalho onde era exigida a “boa aparência”, restando à ela a invisibilidade do emprego doméstico, o que diria hoje face à precarização ainda maior das relações de trabalho, que insiste em reservar às mulheres negras as ocupações mais degradantes?

A ideologia da cordialidade tem se mostrado insuficiente para mascarar o racismo à brasileira. Procurando compreender esta neurose cultural, Lélia debateu com expoentes do pensamento social brasileiro. Demonstrou a Gilberto Freyre, por exemplo, que a exaltada miscigenação foi resultado da violência do estupro da mulher negra. Em dobradinha com Heleieth Saffioti, teceu críticas contundentes a Caio Prado Junior por este não reconhecer a tragédia do desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala e pela insistência dele em priorizar a luta de classes e não incorporar as categorias raça e sexo às análises.

O livro nos apresenta um caráter insurgente e uma vocação como intelectual orgânica de Lélia Gonzalez, o que fez dela uma referência para o feminismo, para as mulheres negras, para o movimento negro, como demonstram seus depoimentos, suas entrevistas, seus relatos de viagem. Sua visibilidade lhe rendeu a inclusão de seu nome nos fichários do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) sob a acusação de ela estar envolvida no recrutamento de adeptos à doutrina marxista. Lélia foi além. Leu marxistas, encontrou a psicanálise lacaniana, dialogou com nacionalistas negros, se voltou para a América Latina, buscou suas origens africanas, redescobriu o Candomblé.

Das andanças e da profunda inquietude intelectual, formulou a “amefricanidade”, uma categoria-chave na formação da América africana ou “Amefricana”, como reconhecimento da intensa contribuição da cultura africana ao novo continente. Leitora de Lacan, atentou-se ao papel da linguagem africanizada de vários idiomas da América, mostrando que a “amefricanidade” não se restringia ao Brasil

do “pretuguês”. Neste processo, sem romper com as categorias ocidentais, a autora construiu uma alternativa ao racismo epistêmico reestruturando seu pensamento a partir do saber diaspórico.

A mesma densidade intelectual produziu também atuações na vida política do país, sobretudo das mulheres negras. Lélia criou o coletivo de mulheres negras Nzinga, participou de encontros e conselhos de mulheres, denunciou o racismo das feministas, combateu o machismo do movimento negro, reuniu empregadas domésticas, militou em partidos políticos, ocupou a tribuna da ONU, participou de encontros científicos nacionais e internacionais, esteve na fundação do Movimento Negro Unificado, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras... Foi incansável.

A coletânea que temos em nossas mãos reconhece Lélia Gonzalez como intérprete da formação sociocultural brasileira. Antes sua obra era acessível apenas a grupos de especialistas e militantes de movimentos sociais. Temos, agora, a possibilidade de ler e conhecer com maior profundidade suas contribuições teóricas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.